

Congresso do Desporto

Matosinhos – 12/12/05

Reforma do Sistema Desportivo

É unânime que o reconhecimento de mais e melhor Desporto para Todos os cidadãos representa aumentar os índices de prática desportiva, formar na Escola e, desenvolver no Movimento Associativo, garantindo igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de sexo.

Nos dias de hoje, Todos, igualmente, reconhecem que o Desporto ultrapassa as fronteiras da Competição.

Existe uma envolvente, e um leque de exigências que obrigam a uma reafirmação permanente dos valores da ética, da igualdade e da solidariedade, assumidos pelo Estado e seus parceiros, designadamente do Movimento Associativo.

A crescente profissionalização no Desporto, mesmo que muito pouco sustentada, trouxe consigo novos objectivos, demandas inovadoras e, graus de exigência diferenciados, nomeadamente ao nível das competições e respectivos quadros competitivos.

Assim, torna-se imperioso que Todos aqueles que estão inseridos neste Sistema, cada vez mais ultrapassado, façam uma reavaliação das condições de exercício no seio das Federações Desportivas, mormente nos seus requisitos e competências, com um enfoque muito especial nas áreas organizativas, financeira, fiscal, de justiça, formação e arbitragem desportiva.

Parece claro que o modelo de Desporto, chamado 'Federado', de padrão único, deixou de responder às necessidades de prática desportiva da esmagadora maioria da população.

Críticos há que contestam, inclusive, a subversão dos princípios, dos valores, dos propósitos e, até das estratégias do modelo inicial.

Os indicadores mostram-nos que na derradeira década não houve um aumento significativo do número de Atletas federados - o qual se cifra, aproximadamente, em cerca de 4% da população portuguesa – apesar do enorme investimento público no Desporto, em Programas vários, Infra-Estruturas e, Recursos Humanos.

A nossa taxa nacional de participação desportiva de 22% é assaz comprometedor, principalmente quando comparada internacionalmente com outros países de dimensão e características semelhantes às nossas, em termos geográficos, culturais e económicos.

Tornou-se, portanto, óbvio para Todos os Agentes que o País vive numa encruzilhada, entre a esperança num futuro melhor e o fracasso do actual Sistema Desportivo.

Um eventual fracasso destas novas realidades de abordagem às questões de gestão nos destinos do Desporto Federado, representaria um choque de consequências imprevisíveis para o actual panorama nacional do Movimento Associativo, dados os permanentes exemplos de transformação convulsiva que o associativismo desportivo atravessa.

As dificuldades económicas, estruturais e desportivas devem ser assumidas por Todos e, exigem a convocatória de todos os Agentes para a tremenda tarefa de recuperar a esperança, recuperar a credibilidade e, recuperar os níveis de confiança a que a Desporto – enquanto actividade mobilizadora, saudável e gregária – a todos habituou.

Do Governo espera-se que se constitua num farol para Todos os Agentes de boa-fé, desenhando as políticas adequadas e criando os necessários contextos de mudança.

O empenho de Praticantes, Treinadores, Árbitros, Técnicos e Dirigentes;

Enfim, de Clubes, Associações, Federações e demais Organizações desportivas;

Deve visar o desenvolvimento consolidado do Movimento Associativo em todas as suas vertentes, com as devidas incidências e implicações à escala nacional.

É sabido que os pilares deste desenvolvimento são o económico, o estrutural e, o desportivo.

Devemos juntar-lhe o 4º grande pilar, o volitivo!

Todas as políticas (agonística; formação; tecnológica; investigação; coordenação, estratégia & avaliação; comunicação; equipamentos; etc.) devem ser perspectivadas nestas dimensões, num jogo de sinergias mútuas e solidárias.

Cabe à Tutela conduzir os seus parceiros nesta direcção, contrariando interesses paroquiais, egoístas e corporativistas, em benefício de Todos.

No quadro das relações com o Sistema Desportivo, este é o verdadeiro desafio da Administração Pública, vencer os interesses das corporações e, orientar as energias dos seus Agentes para o crescimento sustentado da Desporto, em Portugal, sempre numa lógica de partilha de competências, obedecendo a um esforço comum que garanta participação, equilíbrio, desenvolvimento, transparência e, assertividade desportiva.

Os interesses instalados são conhecidos mas, ninguém quer alterar comportamentos.

Vejamos alguns exemplos genéricos:

- Os Dirigentes não se abrem verdadeiramente, e apostam em modelos de organização que auto-protectem os que já se encontram no Sistema e, impedem o rejuvenescimento das diversas lideranças;
- Os Treinadores, e alguns Técnicos, lutam pela manutenção dos direitos adquiridos, através de prioridades salariais e, pela manutenção dos empregos (mesmo que se de forma artificial);
 - Urge alterar este paradigma, sob pena de todo um sector poder ruir;
 - É imperioso que os vários protagonistas participem activamente nos projectos organizacionais, mesmo empresariais, ajustando os direitos e deveres em função de cada realidade concreta.
- Os Árbitros por regra privilegiam a dimensão económica, em detrimento da desportiva e social;
 - Os bons exemplos que já temos no País, de uma adequada conciliação tridimensional destas matérias, devem ser adoptados como boas práticas.
- Dos Praticantes, em geral, espera-se que cumpram os seus deveres, além de usufruir dos seus direitos; que abandonem a prática de reivindicação sistemática, de expedientes opacos, de queixumes de tudo e de todos e, que se auto-responsabilizem no processo de construção dum Desporto nacional cada vez mais forte;
- Do Estado, espera-se que se concentre nas suas actividades reguladoras do Sistema, e de produção de verdadeiros Serviços Públicos, de forma eficiente, sem desperdício, que promova o mérito no seu interior, que incentive os melhores ao seu redor, que penalize a mediocridade, que combata a inércia e, que controle e fiscalize a correcta aplicação dos dinheiros públicos;
- Da Imprensa, espera-se uma atitude de rigor, de independência, de verdade baseada em factos e não em especulação.

- Espera-se que ajude a formar uma opinião de qualidade, e não fomente o boato e a intriga.

Os desafios são imensos, são estruturais, são gigantescos!

São para TODOS!!!

A crise (de atitudes) instalada, que não haja ilusões, não desapareceu com a organização de um Congresso do Desporto, mesmo representando um Compromisso Nacional, e fazendo parte do Programa do Governo!

O desafio encontrado, não se resume ao equilíbrio das contas ou, à apresentação de efémeros resultados desportivos.

Este equilíbrio só será possível, de forma sustentada - num País com índices de prática desportiva regular na ordem dos 8% da população activa – quando soubermos e quisermos atacar os comportamentos enunciados.

Todos somos responsáveis no combate aos problemas vivenciados no Desporto em Portugal.

Esperar que as Federações Desportivas, o Governo, o Comité Olímpico, ou outras Entidades com responsabilidades na área, resolverão - por si só - todas as nossas angústias, é optar pela atitude demissionária que só pode trazer más notícias para as gerações vindouras.

Todos ouvimos, sistematicamente, dizer o quão fantástico Portugal pode ser, quer pelo potencial que tem, quer pela ilusão do que isso representa.

O que significa que, com tanta potencialidade encapotada, temos mais é que arregaçar as mangas, TODOS, enchermo-nos de brio, ganharmos coragem, e ver se, com a quota-parte de potencial de cada Instituição, pública ou privada, ajudamos a mudar o rumo dos acontecimentos...para melhor.

É que, afinal, a atitude mais fácil, e cómoda, ainda é a da fuga...para o incerto e confuso, através do discurso palavroso da 'falta de condições', 'falta de oportunidades', e da 'falta de organização'.

Criemo-las: As condições, as oportunidades e, a organização!

Só assim ajudaremos, TODOS, a reformar o Sistema Desportivo, ajudando o próprio país a crescer desportivamente, também através do exercício de trabalhar na adversidade.

O Séc. XXI está a produzir mudanças profundas que ganharão imparável velocidade até ao final deste ciclo olímpico, e por consequência do mandato deste Governo.

A descontinuidade governativa tem sido, infelizmente, um traço marcante para o desenvolvimento desportivo no Portugal democrático.

Nos 30 anos que passaram sobre a Revolução, verifica-se que, em 17 Governos Constitucionais, os responsáveis pela área do Desporto foram: 24 Ministros, 13 Secretários de Estado e, 14 Responsáveis pelos Serviços Centrais da Administração Pública Desportiva.

Todavia, as alterações operadas em todos os domínios foram ainda mais assintomáticas desta realidade na última década.

E tudo porque, em 100 anos, o mundo mudou mais nos derradeiros dez que, nos noventa anteriores.

E, a tendência é de aceleração progressiva...

As Organizações desportivas, designadamente as dos chamados 'países ocidentais', não estão preparadas para concessões, nem parecem habilitadas a responder aos desafios que a 'globalização' coloca, e que ameaçam os padrões de exigência a que se habituaram.

Concerteza que, quase um ano de exercício, já diz isso mesmo ao actual Governo!

A disposição para aceitar, aprovar as atitudes, os comportamentos, os sentimentos e os gostos dos outros, deixou de ser a prática de liderança adequada à eficácia.

Tal como os desportistas sentem permanentemente - fruto da recorrente insatisfação tão característica daqueles que incessantemente escolhem a superação como modo de vida - também hoje as Federações devem proceder ao 'corte'.

Ao 'corte' com metodologias assentes na satisfação consigo própria - de verdadeira 'lógica de avestruz' - onde a assumpção que os bons resultados conseguidos no passado surgirão obrigatoriamente no futuro, evitando todo e qualquer pensamento estratégico.

O discurso da necessidade, vale tudo. Mas, a prática condizente supera o resto.

Há sinais preocupantes de que o estado do Desporto nacional se encontra em tensão.

Um conflito intestino surdo que consome meios, custos e, por consequência, resultados: Desportivos, sociais e económicos.

Meter a cabeça na areia e não reflectir sobre estas coisas é desperdiçar oportunidades de catarse colectiva como só momentos de Compromisso Nacional proporcionam;

É fugir da obrigação que cada Agente tem sobre os ombros de tentar apontar vias de evolução, que a TODOS permitam reviver os anos dourados da abundância.

As receitas do Instituto do Desporto de Portugal, com origem no Totoloto, foram, aproximadamente, de 30 milhões de Euros em 2004, e de 20 milhões de Euros em 2005.

Contudo, o IDP celebrou contratos-programa com as Federações Desportivas para 2005, naturalmente homologados pela Tutela, com um aumento global de 10,7%, relativamente a 2004.

Para 2006, que ora enfrentamos, e cujo Orçamento de Estado prevê uma redução de 27,6%, comparativamente a 2005, traduzida num corte cumulativo de 23,3 milhões de Euros para o Desporto, demonstra a necessidade premente de o Desporto ser também beneficiário das receitas do Euromilhões, em idêntica conformidade em que assenta a sua participação no restante, assim designado, Jogo Social.

O coração da actividade das Federações Desportivas carece da definição, com rigor, de objectivos, níveis de competência, e meios de financiamento ao Desporto dito Federado.

A reavaliação das condições de exercício, e o aperfeiçoamento do regime fiscal aplicável, de forma a normalizar critérios mínimos de organização e, gestão contabilística e financeira, é urgente como garantia de equilíbrio.

Bem como a harmonização de um sistema híbrido, que permite a coabitação orgânica entre profissionais e amadores com relações de interdependência, tantas vezes nocivas para as Organizações que as promovem, por força de modelos tradicionais, há muito ultrapassados.

É hora de racionalizar meios e recursos, ao nível de novas Unidades Funcionais, transversais a todo o Sistema Desportivo, que abarquem sectores tão distintos como o Administrativo, Disciplinar, ou da Arbitragem.

Numa óptica de economia de escala que modernize e galvanize as Federações Desportivas.

É essa mola facilitadora que o Movimento Associativo deve recauchutar.

Preocupando-se, tão só, a trazer um cada vez maior número de crianças e jovens aos respectivos locais de exercitação física, garantindo a manutenção dos praticantes em actividade e, consolidando o crescente interesse nos segmentos sénior.

Também aqui os mais novos devem aprender a gratificação do esforço, estimulado pelo convívio e entusiasmo, e os mais usados colher a lição do caldeamento de emoções que o Desporto tanto potencia.

Nesta verdadeira cruzada devemos tentar observar alguns princípios que ajudem a alicerçar o futuro:

No plano dos Incentivos porque, como é natural, os diversos Agentes desportivos reagem aos mesmos.

Para tal, é necessário que o esforço e empenhamento sejam recompensados.

É prioritário que o reconhecimento e a progressão resultem claramente do desempenho, com prémios para bons comportamentos e penalizações para maus resultados;

Na Formação porque, para sermos mais produtivos precisamos de ser mais qualificados.

Porém, esta tem de ser adequada aos propósitos.

Não basta aumentar e diversificar a oferta, é preciso determinar qual o tipo de formação em que devemos apostar;

Na Gestão porque, o enquadramento geral não favorece muito a competitividade (intra e inter) associativa;

No plano da Inovação porque, ser mais competitivo não significa apenas apresentar mais resultados.

É também produzir melhores registos desportivos, com uma consistência inatacável.

Para obter qualidade é preciso inovar, aproveitar as tecnologias de informação e, explorar o conhecimento;

E por fim, na Disciplina, porque sim. Porque o exemplo conta!

Pensar que a solução para os problemas das diferentes modalidades, e disciplinas afins, tuteladas pelo Governo, reside nas próprias Instituições, bem como considerar que é exclusivamente uma obrigação ou tarefa do Estado, é negar à partida a evidência dos factos.

Bem como uma grosseira forma de renúncia dos reais pilares do nosso modelo de Organização.

O Desporto nasceu, cresceu e desenvolveu-se, tendo como suporte vital o Clube, a célula base crítica da prática desportiva.

Todos nós, os denominados Agentes desportivos, queremos mudanças e reformas.

Agora, e sempre. Exigimos transformações!

Foi assim no passado, constatamos isto no presente, e será assim no futuro.

Eu sei, porque sou um deles.

Fui-o, aliás, em várias funções, com atribuições e competências distintas.

É o tal traço transversal característico (de insatisfação repetida) que perpassou por gerações com ligação ao fenómeno agonístico de afirmação competitiva – felizmente – manterá viva a chama do progresso desportivo em Portugal.

É por isso que já não há lugar para ‘eminências pardas’ ou ‘figuras tutelares’, os líderes de opinião já não são o que eram e, os meios de promoção e divulgação das Federações Desportivas, também não.

Hoje, o conceito tradicional de personalidades carismáticas capazes de indicar tendências e recrutar jovens para o seio de práticas físicas, como as modalidades desportivas, que as Federações Desportivas promovem, está ultrapassado pela agressividade Multimédia, e pelo apelo das Novas Tecnologias.

Na actualidade, as decisões são mais simples, relacionadas com a adopção de novos estilos de vida ou, opções de consumo.

Daí a necessidade do Sistema Desportivo, numa atitude reformista e reformadora, dever considerar apostas diferenciadoras já para 2006, sob o pretexto único de procurar dar um forte contributo às medidas propostas pela Tutela, num posicionamento percursor, enquanto Entidades dinâmicas e transformadoras.

Porém, e há sempre um ‘mas’ nas asserções nacionais, também tão típicas da nossa cultura, apesar de todos, sem excepção, pedirem alterações, não havendo um só que as recuse (na incansável tentativa da excelência ou perfeição), ninguém quer que as ditas comecem por si, pela sua actividade, pelo seu sector, pela sua disciplina.

Raro é aquele que se oferece para começar pela sua área.

Para serem aceitáveis, as transformações (que urgem sempre) têm de começar pelo vizinho, e por aí se quedarem.

Vivem-se momentos difíceis, não só no Desporto.

A agitação social no País, e um pouco por toda a parte no resto do mundo, indicia não existir uma resposta única nem uma solução milagrosa.

O acreditar de todos nós no futuro, no nosso e no do Desporto português, nunca teve tantas dúvidas como hoje, em que a auto-estima nacional está fortemente abalada.

O Movimento Associativo, em hora de balanço, resvalou para uma situação em que a maioria dos indicadores em quase todas as áreas nos aponta deficiências, falta de ambição, desorganização, incapacidade, que de forma alguma corresponde à reflexão conjunta ora iniciada, e que deve honrar o desempenho de sucessivas vagas de protagonistas que permitiram às Federações Desportivas, dotadas – na sua esmagadora maioria - de Utilidade Pública Desportiva chegar onde chegaram.

Há anos que se alerta para o facto do nosso Modelo Desportivo estar esgotado.

Ninguém acreditou, e a maioria continua a ‘assobiar para o lado’...

Foi-se esticando o ‘jogo de cintura política’, na esperança de que o saco não tivesse fundo.

Mas tem!

O resvalar da situação foi tal que no ciclo das derradeiras Administrações, as razões poderiam ser tipificadas na sucessiva culpabilização da acção dos Executivos antecessores.

Neste momento de avaliação não deve ser esse o destaque.

O enfoque deve ser o da partilha de responsabilidades nos sucessos e insucessos do Desporto praticado em Portugal.

O comodismo, lamúria, falta de rigor e ausência de níveis de exigência já é suficiente perante os graves problemas que o País atravessa, afectando de sobremaneira também o Sistema Desportivo.

Precisamos, pois, além de patamares de visão muito altos, de graus de exigência ajustados a essa mesma visão, a par de planos em cada organismo:

Desde os privados (Clubes), onde verdadeiramente assenta a prática desportiva generalizada;

Aos públicos (ou dotados desse interesse e, merecedores do respectivo financiamento), de cariz associativo e/ou institucional;

Em prol do desenvolvimento para o Portugal Desportivo que todos queremos, e a que temos direito.

E aqui, é o momento dos acomodados e dos críticos darem lugar aos mais aptos.

E, que estes tragam capacidade, trabalho, exigência, espírito de parceria para as soluções do colectivo federado, terminando-se de uma vez com o egoísmo e a visão de quintal.

A actual encruzilhada em que nos encontramos é uma bonita razão para se conseguir esse desiderato!

No Desporto, o nosso País também pode e deve competir com as nações competitivamente mais fortes, como atestam os excelentes resultados alcançados em diversas modalidades, desde sempre.

Tais registos são também fruto de gerações sucessivas de valorosos praticantes que souberam gradualmente cimentar condições, conquistando progressivamente meios, que vieram alicerçar as conquistas do presente.

Mas, para que tal aconteça não basta querer, urge saber para onde vamos e como vamos.

Necessitamos da mobilização de todos com exemplos positivos e construtivos.

Precisamos de ser mais exigentes connosco e com os outros.

Precisamos de trabalhar, uns melhor e outros mais, senão muito mais... e sempre uns com os outros.

Não é suficiente querer, o Movimento Associativo deve constituir-se como mola para ser.

Porventura, é chegado o momento de deixar de improvisar constantemente para dar resposta ao que a Tutela impõe, em reformas sistematicamente atabalhoadas (em função das sucessivas alternâncias governativas), e quase nunca avaliadas na sua devida extensão (por completa incapacidade volitiva).

A dimensão do desequilíbrio associativo, e assimetrias desportivas, a par da desenfreada concorrência que a área multimédia vem fazendo às práticas físicas regulares, em consonância com as terapias de austeridade adoptadas, aconselham – ou exigem mesmo – um debate ponderado, responsável, rigoroso, eventualmente enérgico, com o objectivo de melhorar as condições e a realidade existentes.

Mas também, o redimensionamento da Administração Pública Desportiva, no enquadramento que deve assegurar ao Sistema Desportivo, é a oportunidade mais importante associada a esta iniciativa.

De facto, na fase de Apresentação duma reflexão e discussão, a três meses, espera-se que cada Federação Desportiva defina a sua Missão, em função das novas realidades desportivas e económicas do País.

Deverá ser em função da redefinição desta Missão que deve resultar uma nova atitude do Estado, face às suas inalienáveis responsabilidades junto das populações e, concomitantemente, das Organizações que melhor traduzem a promoção e divulgação de oferta no campo das actividades físicas.

Através duma estrutura mais agilizada, suportada nas novas tecnologias de informação e comunicação.

A qualificação e rejuvenescimento dos quadros são uma necessidade absolutamente incontornável para melhorar o papel e eficácia da Administração Central.

Do lado das ameaças a tão louvável desiderato, o calendário previsto.

Convenhamos que, para a concretização de uma profunda reestruturação do Sistema Desportivo, tal como urge, é manifestamente apertado o calendário proposto.

Na verdade, como já procurámos enunciar antes, revelando alguns indicadores preocupantes, a concorrência às práticas físicas, em geral e, ao Desporto federado, em particular, está a aumentar, e vai continuar a aumentar.

Em Portugal, mas não na União Europeia, de acordo com dados do EuroBarómetro, o que acentua os traços da 'divergência' portuguesa.

Assistimos, porém, a um desastre há muito anunciado.

E, o que enfrentamos só pode piorar no curto prazo, até porque ultrapassar a crise do nosso Modelo Desportivo obriga a passar por uma fase de maiores dificuldades associativas, já que continua a existir muita actividade física 'artificialmente' mantida (por força dos incentivos associados), e muitas modalidades, disciplinas, sectores e segmentos que o choque da necessidade de mudança ainda não tocou na máxima intensidade.

Neste particular, Portugal podia servir perfeitamente como um caso para estudar o sucesso das corporações...

Quem ouvir cada um desses grupos, parece que tudo funciona bem.

No entanto, ninguém se considera minimamente responsável pela situação em que o Portugal desportivo se encontra.

Todos sabemos que o País não está bem.

Temos também essa consciência, porque o País desportivo não se encontra melhor.

É tempo de assumir cada um a sua parte das culpas, e olhar para as soluções.

Que passam por perder privilégios injustificados, e trabalhar mais e melhor.

Para quem quer mostrar que a culpa foi dos sucessivos Governos, eis uma oportunidade válida para demonstrar que, quando os políticos quiseram, as mudanças prementes foram feitas com a sua colaboração activa.

Assim sim, teríamos um País desportivamente desenvolvido, até ao nível do *fair-play* preconizado.

Numa palavra, precisamos que a serenidade que um Congresso itinerante permite, e a participação de todos os intervenientes no processo de debate, do nosso 'Estado da Arte' actual, num verdadeiro 'Compromisso Nacional' ajudem a construir soluções temperadas, agregadoras de vontades e mobilizadoras das energias e da confiança dos principais Agentes das diferentes, e específicas, disciplinas desportivas em Portugal.

Que o ano de 2006, e em particular a Época Desportiva que ora iniciámos, seja percursor no Desporto luso das venturas que há muito merece e justifica!

Muito OBRIGADO a TODOS